



EDITAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG

Torna-se público que o Município de São Gotardo, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco nº. 13, Centro, São Gotardo – MG, CNPJ nº. 18.602.037/0001-55, isenta de inscrição estadual, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 63/2023. E ainda se aplicam as disposições da Lei Complementar nº 123/06, observadas as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO COMPLETA DE EQUIPAMENTOS AO AR LIVRE E PLAYGROUND, ABRANGENDO TANTO A ZONA URBANA QUANTO OS DISTRITOS, COM VISTAS A CONTINUIDADE E APRIMORAMENTO DAS POLITICAS PUBLICAS DE ESPORTE, LAZER E PROMOÇÃO DA SAUDE NO MUNICIPIO DE SÃO GOTARDO/MG.”.

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO**
- **MODO DE DISPUTA: Aberto**
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/06/2026 às 13:00 horas**
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.licitanet.com.br / www.gov.br/pncp/pt-br/
<https://www.saogotardo.mg.gov.br/>
- **E-EMAIL: licitacaosg@gmail.com**
- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: PLATAFORMA DIGITAL – WWW.LICITANET.COM.BR.**



1. DO PREÂMBULO

1.1.A Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG , torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 63/2023. E ainda aplicam-se as disposições da Lei Complementar nº 123/06, observadas as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO COMPLETA DE EQUIPAMENTOS AO AR LIVRE E PLAYGROUND, ABRANGENDO TANTO A ZONA URBANA QUANTO OS DISTRITOS, COM VISTAS A CONTINUIDADE E APRIMORAMENTO DAS POLITICAS PUBLICAS DE ESPORTE, LAZER E PROMOÇÃO DA SAUDE NO MUNICIPIO DE SÃO GOTARDO/MG.”**.

2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas nos sites **www.saogotardo.mg.gov.br** / **www.licitanet.com.br** / **www.gov.br/pncp/pt-br** e as constantes do Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail **licitacaosg@gmail.com**, pelo site **www.licitanet.com.br** ou ser entregues diretamente no Sala do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gotardo na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

3.2.1. O documento enviado deverá contar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.2.2. **O pedido de impugnação deverá obrigatoriamente ser anexado na plataforma www.licitanet.com.br.**



3.3. O Pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas diretamente no “site” **www.licitanet.com.br** correspondente a este edital e no “site” da **Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG** na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

3.5. Em caso de indisponibilidade do sistema, os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados pelo e-mail **licitacaosg@gmail.com** , com mesmo prazo e requisitos indicados, devendo o interessado confirmar o recebimento com a equipe de pregão.

3.6. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, anexos e legislação específica.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência (Anexo I).
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de São Gotardo/MG, nos termos da Lei n. 8.666/93 ou impedimento de licitar e contratar nos termos do artigo 7 da Lei n. 10.520/02;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com o Município de São Gotardo;
- d) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- e) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- f) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;



- g) enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021;
- h) cujo objeto social seja incompatível com o desta licitação;
- i) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- j) proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos;
- k) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- l) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4.2.2. O Pregoeiro verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

4.3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade da aquisição, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecedor o objeto de forma independente.

5. DO CADASTRAMENTO

5.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de São Gotardo/MG por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.



6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

6.2.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, conforme modelo sugerido no Anexo II;

6.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; conforme modelo sugerido no Anexo III;

6.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; conforme modelo sugerido no Anexo IV;

6.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo sugerido no Anexo V;

6.2.5. Não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente, conforme modelo sugerido no Anexo VI;

6.2.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme modelo sugerido no Anexo VII;

6.2.6.1. No(s) item(ns)/grupo(s)/lote(s) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.2.6.2. No(s) item(ns)/ grupo(s)/lote(s) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante



não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.3. O licitante que apresentar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas neste edital e anexos.

6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor total do item

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Quantidade

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados ou o percentual de desconto, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no site www.licitanet.com.br.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.



8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01(UM) centavo.

8.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.8. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexecutável poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Pregoeiro, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.

8.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



8.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



8.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas

da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de

pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto



nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.19.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.22.1 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.



8.22.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

8.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.22.4. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste edital e anexos.

8.22.5.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;
- b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.22.5.2. Quando da convocação da proposta adequada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência – item “Dos critérios de aceitabilidade da proposta” (Anexo I), enviando, conforme modelo, caso seja ali exigido.

8.22.5.2.1. O Pregoeiro poderá exigir que a proposta adequada seja enviada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **www.licitanet.com.br**.

8.22.5.3. Juntamente com a proposta adequada a empresa deverá apresentar Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo VIII;

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da LC 123/06, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.1.1 e 6.2.6 deste Edital.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 63 de 28 de março de 2023.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1 conter vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital e anexos, desde que insanável.

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.7. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos art. 34 do Decreto Municipal nº 62/2023, bem como na legislação cabível.

9.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresenta-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.8.1. A convocação será feita pelo Pregoeiro no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.



9.8.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.1.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 2(duas) horas, contados da convocação efetuada pelo Pregoeiro.

10.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **www.licitanet.com.br** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.3. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

10.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o



licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

10.8.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.10. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste edital, no item “Das Condições de Participação”.

10.11. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

A. Ato Constitutivo;

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

2. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor¹, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

¹ Nota Explicativa - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
 4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
 6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- B.** Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- C.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- D.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- E.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- F.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- G.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- H.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;



H.1. A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

10.11.1. ALÉM DAS DOCUMENTAÇÕES ACIMA, DEVERÁ SER APRESENTADO TAMBÉM CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, AS DOCUMENTAÇÕES TÉCNICAS, SENDO AS MESMAS HABILITATÓRIAS.

10.12. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Pregoeira, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

10.13. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

10.17. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

10.18. Para efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, inclusive nos Editais destinados exclusivamente a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deve ser apresentada a declaração constante do ANEXO VII, juntamente com a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL** competente, emitida nos últimos **90 dias**, comprovando ser a licitante, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, para participar do certame nesta condição, quando for o caso, (a falta desta certidão não inabilita a empresa, porém, a mesma perde o direito do benefício da Lei Complementar nº. 123/2006).



10.19. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será reputado habilitado e será declarado vencedor do item/grupo/lote.

10.20. Quando o documento não contiver de forma expressa o prazo de sua validade, será esse considerado como 90 (noventa) dias contados de sua expedição/emissão.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na

sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.6.1 Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.9. Fraudar a licitação

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e



13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Os critérios e percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de São Gotardo/MG serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;



14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda

ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação;

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



15.3. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

15.4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.8. A tolerância do Município de São Gotardo/MG com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.

15.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.10. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

15.11. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

15.12. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste edital e Anexos.

15.14. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.



15.15. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

15.16. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.17. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

15.17.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto na Lei 14.133/21.

15.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.saogotardo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de São Gotardo/MG.

15.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.22. ANEXO I - Termo de Referência;

15.22.1. ANEXO II – Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

15.22.2. ANEXO III – Modelo de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

15.22.3. ANEXO IV – Modelo de declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



15.22.4. ANEXO V – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

15.22.5. ANEXO VI – Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente;

15.22.6. ANEXO VII – Modelo de declaração para o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.22.7. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

15.22.8. ANEXO IX – Minuta do Contrato.

São Gotardo/MG, 12 de junho de 2026.

ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Esportes



TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

REFERÊNCIA AO ETP Nº: 06/2026

1. DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

1.1 A presente contratação tem como fundamento a demanda institucional voltada à ampliação, modernização e substituição dos equipamentos instalados nas academias ao ar livre do Município de São Gotardo/MG, abrangendo tanto a zona urbana quanto os distritos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e da promoção do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a execução da despesa está lastreada em recursos oriundos de Transferência Especial Estadual, conforme Indicação nº 168554, de autoria do Deputado Elismar Prado, e Indicação nº 168632, de autoria da Deputada Lud Falcão, devidamente creditados na conta vinculada ao ente municipal, sob os seguintes dados bancários: Banco do Brasil, Agência nº 0483-9, Conta Corrente nº 49.825-4.

Dessa forma, a contratação alinha-se ao planejamento estratégico da Administração Pública, visando assegurar a adequada prestação de serviços à coletividade, com a disponibilização de infraestrutura esportiva segura, acessível e em conformidade com as diretrizes legais e orçamentárias vigentes.

1.2 A aquisição e fornecimento do objeto será conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Un.	Qntd.	Unitário	Total
1	ESPALDAR: Confeccionado em tubo redondo de aço carbono 2 1/2" na chapa 16 e 1 1/2" na chapa 14 dobrada, pintura eletrostática, solda tipo mig, base de ferro para fixação e montagem do equipamento, base tipo flange para fixação do equipamento com parafusos de no mínimo 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior com flange de no mínimo 240mmx1/4 com orifício de fixação. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. Dimensões: Altura: 2500 mm. Profundidade: 1000 mm. Largura: 1000 mm.	Un	3	R\$ 2.215,91	R\$ 6.647,73
2	ESQUI DUPLO CONJUGADO: Equipamento com base principal com tubo de no mínimo 4", tubo de aço carbono de no mínimo 2", rolamentos blindados, pintura eletrostática solda mig, pegadas emborrachadas, tratamento químico de superfície por processo de imersão, base com orifícios para fixação no solo (chumbadores Parabout). Equipamento com capacidade para	Un	4	R\$3.287,22	R\$ 13.148,88



	02 pessoas se exercitarem ao mesmo tempo. com instalação do aparelho na base de concreto. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. Dimensões: Altura-1542 mm Largura - 1310 mm, Comprimento-1250 mm.				
3	MULTIEXERCITADOR TIPO CONJUGADO COM MINIMO 06 FUNÇÕES: conjunto de equipamentos(com no mínimo 6 exercício) ao ar livre, tipologia "MULTI-EXERCITADOR", fortalece, alonga e aumenta a flexibilidade dos membros superiores, inferiores e abdominal, com alta resistência às ações climáticas, isento de estofamento e de baixa manutenção, contendo as seguintes especificações mínimas: 155cm de altura por 125 cm de largura, estrutura principal em tubo redondo de no mínimo 2" de diâmetro na chapa de no mínimo 2mm e estrutura secundária em tubo redondo no mínimo 1 ¼" 1" com chapa 2mm, dobrados com perda mínima de perfil: tubos cortados a laser: base em ferro para montagem do equipamento, orifícios para fixação: pintura eletrostática a pó, apropriada para uso externo, solda tipo "mig", rolamentos blindados sistema de carga utilizando peso corporal, pegadas emborrachadas. com instalação do aparelho na base de concreto. EXERCÍCIOS: Flexor de Pernas; Extensor de Pernas; Supino reto Sentado; Supino inclinado Sentado; Rotação Vertical Individual; Puxada Alta. Aparelho para utilização de duas pessoas simultaneamente. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. DIMENÇÕES: Altura: 2006 mm Frente: 1105 mm Lateral: 2000 mm Área: 12,42 m² Peso: 124 kg	Un	4	R\$4.749,25	R\$ 18.997,00
4	PRESSÃO PERNAS TIPO DUPLO CONJUGADO: Aparelho Pressão de Pernas duplo fabricado em tubos de aço carbono; pintura a pó eletrostática e cortes a laser; com no mínimo 2 polegadas x 2 mm; 3 1/2 polegadas x 4 mm; 2 polegadas x 4 mm; 4 polegadas x 3 mm; Bancos com chapa de no mínimo 2 mm sem quinas; com rolamentos duplos; Batentes de borracha; Solda MIG; base tipo flange para fixação do equipamento com parafusos de no mínimo 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior com flange de no mínimo 240mmx1/4 com orifício de fixação. Contendo especificações musculares; resistentes as ações climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. DIMENÇÕES:	Un	5	R\$2.521.50	R\$ 12.607.50



	ALTURA 1500 MM LARGURA- 720MM COMPRIMENTO- 2820MM PESO:48KG				
5	REMADA SENTADA/SIMULADOR DE REMO: Aparelho fabricado em tubos de aço carbono; pintura a pó eletrostática e cortes a laser; com no mínimo 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; 1 polegada x 1,50 mm. metalão de no mínimo 30 x 50 x 2 mm; chapa antiderrapante de no mínimo 3 mm; pinos maciços com rolamentos duplos; batentes de borracha; solda MIG; Orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); Tampão de metal arredondado. Bancos arredondados sem quina, oferecendo segurança aos usuários; Especificações musculares no aparelho. Resistentes às ações climáticas. Altura: 830 mm Frente: 755 mm Lateral: 944 mm Área: 8,11 m² Peso: 24,5 kg COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.	Un	6	R\$1.753,85	R\$ 10.523,10
6	ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA – APARELHO DUPLO CONJUGADO: Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3' ½ x 2 mm; 2' x 2 mm; 1' x 1,50 mm; ¾ x 1,20 mm. Tubo treilado redondo DIN (55 mm x 44 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3 mm para reforço de estrutura. Utilizar pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo-endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, chumbador com flange de no mínimo 230 mm x 3/16", corte a laser com parafusos de fixação zincados de no mínimo 5/8" x 1 ¼" e arruela zincada de no mínimo 5/8", hastes de ferro maciço treilado de no mínimo 3/8", parafusos zincados, arruelas e porcas fixadoras. Tampão embutido externo em metal de 2' ¼" e tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 3' ½", ambos com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado. Adesivo refletivo destrutivo com qualidade similar ou superior 3M de alta fixação com identificação dos grupos musculares, instruções de utilização e dados da fabricante. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. DIMENÇÕES: ALTURA: 1200MM LARGURA: 1050MM COMPRIMENTO: 1300MM PESO: 38KG COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.	Un	5	R\$1.965,59	R\$ 9.827,95



7	SIMULADOR DE CAMINHADA DUPLO CONJUGADO: Fabricado com tubos de aço carbono; pintura a pó eletrostática e cortes a laser; aparelho fabrica com tubos de carbono de no mínimo, 2 1/2 polegadas x 2 mm; 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm. Chapa antiderrapante de no mínimo 3 mm; pinos maciços com rolamentos duplos; batentes de borracha; solda MIG; orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); especificações musculares em cada aparelho; Resistente as ações climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente Altura: 1160 mm Frente: 1540 mm Lateral: 840 mm Área: 10,05 m² Peso: 62 kg COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.	Un	5	R\$ 3.402,30	R\$ 17.011,50
8	SIMULADOR DE CAVALGADA DUPLO CONJUGADO: Aparelho fabricado em tubos de aço carbono, pintura a pó eletrostática e cortes a laser; com no mínimo 2 1/2 polegadas x 2 mm; 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; 1 polegada x 1,50 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; ferro chato de no mínimo 2 1/2 polegadas x 1/4. pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; Batentes de borracha; solda MIG; orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); tampão de metal arredondado. Bancos arredondados sem quina oferecendo total segurança aos usuários. Resistentes às ações climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. Dimensões: Altura: 1,19m Largura: 0,55m, Profundidade: 1,97m. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.	Un	4	R\$ 3.343,67	R\$ 13.374,68
9	Placa de orientação e advertência, confeccionada em aço carbono, tipo fixa, com dupla face, dimensões aproximadas de 1000 mm x 2000 mm x 1,5 mm (chapa), destinada à instalação em espaços públicos de prática esportiva, conforme padrões técnicos de durabilidade e resistência às intempéries. A definição do conteúdo informativo, layout e local de instalação será realizada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte, observando critérios de interesse público, padronização visual e finalidade educativa dos usuários.	Un	6	R\$1.679,00	R\$ 10.074,00
10	PLAYGROUND: Play groud Completo com os seguintes equipamentos: 1- Torre grande coberta c/ telhadinho piramide 2-Escorregadores ondulados 3- Caracol ciclone grande	Un	1	R\$ 37.446,45	R\$37.446,45



<p>4- Tubo de passagem grande</p> <p>5- Escalada rapel de fibra</p> <p>6- Balanço cadeirinha teen</p> <p>7- Balanço baby (30k)</p> <p>8- Escalada com 06 degraus e corrimão</p> <p>9- Escalada de cordas teia</p> <p>10- Jogo da Velha 06 cubos</p> <p>11- Lousa mágica</p> <p>12- Alfabeto divertido (A ao Z)</p> <p>13- Conjunto de números e vogais</p> <p>Material: aço galvanizado, alumínio ou madeira plástica tratada (HDPE ou madeira tratada anti-cupim)</p> <p>Acabamento: pintura eletrostática atóxica, resistente a intempéries e raios UV.</p> <p>Componentes: torres, plataformas, passarelas, escadas, rampas e corrimãos</p> <p>Norma de referência: ABNT NBR 16071 – Segurança de brinquedos para áreas de recreação</p> <p>2. Escorregadores</p> <p>Material: polietileno rotomoldado de alta densidade ou fibra de vidro reforçada</p> <p>Acabamento: superfícies lisas, arredondadas, sem quinas cortantes</p> <p>Dimensões: altura e largura compatíveis com a faixa etária de 2 a 12 anos</p> <p>Fixação: ancoragem segura em plataformas ou estruturas principais</p> <p>3. Balanços</p> <p>Material: estrutura em aço galvanizado, assentos em borracha ou polietileno resistente</p> <p>Inclinação: correntes ou cabos revestidos, resistentes à tração</p> <p>Segurança: balanços inclusivos para cadeirantes, conforme ABNT NBR 16071</p> <p>4. Gangorras e Brinquedos de Mola</p> <p>Material: aço galvanizado com molas de alta resistência ou madeira tratada com suportes metálicos</p> <p>Assentos: plásticos de alta densidade ou borracha antiderrapante</p> <p>Fixação: ancoragem em piso nivelado, antiderrapante</p>				
---	--	--	--	--



<p>5. Trepas-Trepas e Escaladores</p> <p>Material: cordas de polipropileno trançadas com alma de aço, barras de aço galvanizado ou madeira tratada</p> <p>Segurança: pontos de fixação reforçados, espaçamento seguro entre cordas e barras</p> <p>Acabamento: sem quinas cortantes, resistente ao clima</p> <p>6. Casinhas, Túnel e Painéis Lúdicos</p> <p>Material: polietileno de alta densidade, madeira plástica tratada ou fibra de vidro</p> <p>Acabamento: superfícies lisas, resistentes a impactos, sem tóxicos</p> <p>Painéis: educativos, sensoriais e interativos, com cores vibrantes e elementos de coordenação motora</p> <p>7. Piso de Segurança</p> <p>Material: piso emborrachado modular (EPDM) ou placas de borracha reciclada</p> <p>Espessura: 30–50 mm dependendo da altura dos brinquedos</p> <p>Função: absorção de impacto, antiderrapante, resistente a intempéries</p> <p>8. Cobertura e Sombreamento</p> <p>Material: lona ou policarbonato resistente a raios UV, com estrutura metálica galvanizada</p> <p>Função: proteger crianças do sol e chuva, garantindo conforto e segurança</p> <p>9. Cercamento e Proteções</p> <p>Material: gradil metálico ou cercas de polietileno reforçado</p> <p>Altura: 1,2 a 1,5 m, com portão de acesso seguro</p> <p>Função: controle de entrada e segurança do espaço</p>				
--	--	--	--	--

1.3. A definição das cores vermelho e azul justifica-se pela necessidade de padronização estética e funcional dos equipamentos, considerando que parte das academias existentes no Município já adota essa mesma identidade visual, inclusive nos casos de substituição de aparelhos.

1.4. O custo estimado da aquisição é de **R\$ 149.658,79 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos)** conforme mediana.



1.5. O valor informado nesse termo pode diferir do valor informado no Termo de Abertura do Processo de Licitação devido ao arredondamento de casas decimais.

1.6. O objeto desse termo de referência enquadra-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

1.7. Na elaboração da proposta de preço deverão ser observados os preços de referência dos itens, constantes deste Termo de Referência, extraídos de pesquisa de preços de mercado não devendo os preços ofertados ultrapassarem tais valores, que são tidos como preços máximos.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado, conforme os ditames estabelecidos na Lei Federal n. 14.133/2021.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para facilitar o acesso da população em geral à prática de exercícios físicos, o Município de São Gotardo tem implantado, nos bairros e áreas rurais, as Academias ao Ar Livre, visando à melhoria das condições físicas, da qualidade de vida e da saúde da população, bem como ao incentivo à prática esportiva. A aquisição desses equipamentos de ginástica garantirá à coletividade o acesso gratuito e democrático à atividade física, especialmente àqueles que não dispõem de recursos financeiros para frequentar academias particulares.

Adicionalmente, no escopo da presente contratação, também será realizada a instalação de playgrounds, com o objetivo de promover espaços de lazer e convivência para o público infantil, fortalecendo o uso intergeracional dos espaços públicos e ampliando o alcance das ações de promoção à saúde e bem-estar social.

Ressalta-se, ainda, que, além da implantação de novas academias ao ar livre e playgrounds, a Secretaria Municipal de Esporte procederá à substituição dos aparelhos atualmente inservíveis, em observância aos princípios da eficiência, da segurança e da adequada prestação do serviço público, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente solução consiste na **aquisição e instalação de aparelhos para academia ao ar livre e um playground**, destinados à implantação de espaço público voltado à prática de atividades físicas, promoção da saúde, lazer e bem-estar da população.

A solução contempla o fornecimento de equipamentos fabricados com materiais de alta resistência e durabilidade, adequados para uso externo e contínuo, resistentes às intempéries, corrosão, exposição solar e variações climáticas, garantindo segurança, funcionalidade e longa vida útil.

Os equipamentos deverão atender diferentes grupos musculares e possibilitar a realização de exercícios aeróbicos, de fortalecimento muscular, alongamento, coordenação motora e mobilidade, proporcionando acessibilidade a usuários de diferentes faixas etárias, especialmente jovens, adultos e idosos.



A contratação deverá abranger, no mínimo:

- fornecimento dos aparelhos de academia ao ar livre;
- transporte até o local de instalação;
- montagem e instalação completa dos equipamentos;
- fixação em base de concreto, conforme especificações técnicas do fabricante;
- entrega em perfeitas condições de uso;
- garantia contra defeitos de fabricação;
- manual de uso e orientações básicas de manutenção.

Os equipamentos deverão apresentar acabamento em estrita conformidade com as especificações constantes no presente termo de referência, sendo compostos por elementos estruturais que garantam estabilidade, segurança operacional e ergonomia adequada aos usuários, em observância às normas técnicas aplicáveis.

Destaca-se que, em alinhamento às boas práticas administrativas e aos instrumentos convocatórios mais recentes para contratações de natureza similar, a presente demanda contempla não apenas o fornecimento, mas também a instalação dos equipamentos, assegurando-se requisitos de robustez, padronização e desempenho. Tal diretriz encontra respaldo nos princípios do planejamento, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à adequada definição do objeto e à obtenção da solução mais vantajosa para a Administração.

A implantação da academia ao ar livre visa incentivar hábitos saudáveis, combater o sedentarismo, promover inclusão social e ampliar a oferta de espaços públicos destinados à prática esportiva e recreativa, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Receber provisoriamente os equipamentos, disponibilizando local, data e horário;

4.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido

4.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

4.5. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.



5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1.** Efetuar a entrega e instalação dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Secretaria, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 5.2.** A empresa contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos juntamente com a construção da base para instalação conforme demanda da Secretaria Municipal de Esporte.
- 5.3.** Os equipamentos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 5.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do equipamento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.5.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis o equipamento com avarias ou defeitos;
- 5.6.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria, inerentes ao objeto da licitação;
- 5.7.** Comunicar à Secretaria, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.9.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 5.10.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6. FORMA, PRAZO E LOCAL:

- 6.1.** O fornecimento dos materiais e serviços será executado conforme discriminado abaixo:
- 6.2.** A entrega e instalação dos equipamentos serão efetuadas de forma parcial, com prazo de entrega e instalação não superior a 10 (dez) dias úteis, podendo haver a instalação de mais de uma academia concomitante.
- 6.3.** Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São Gotardo/ Minas Gerais , qualquer informação deverá ocorrer no endereço: Travessa Antonio Teixeira do Carmo nº100 – Centro (poliesportivo) , CEP: 38.800-000, no horário das 8h às 12h e 13h às 17h, telefone: (34) 3671-7250.
- 6.4.** A CONTRATADA deverá promover a instalação e a substituição dos equipamentos pertencentes a 05 (cinco) academias ao ar livre, observando a plena operacionalização dos serviços nos seguintes locais: no Distrito de Três



Capões, situado a aproximadamente 23 km do Município de São Gotardo; no Distrito de Vila Funchal, a cerca de 27 km da sede municipal; no Distrito de Guarda dos Ferreiros, a aproximadamente 11,7 km; bem como no perímetro urbano do Município de São Gotardo, contemplando o Bairro Geraldo Marques, a pista de caminhada municipal e a Avenida 30 de setembro.

6.5. As academias ao ar livre a serem fornecidas e instaladas, deverão ser compostas pelos seguintes equipamentos, conforme cada local de implantação:

a) Geraldo Marques / Três Capões e Pista de Caminhada da Guarda dos Ferreiros 01 aparelho em cada lugar;

01 (um) espaldar;

01 (um) esqui duplo conjugado;

01 (um) multiexercitador tipo conjugado com, no mínimo, 06 (seis) funções;

01 (um) aparelho de pressão de pernas tipo duplo conjugado;

01 (um) aparelho de remada sentada / simulador de remo;

01 (um) aparelho de rotação diagonal dupla;

01 (um) simulador de cavalgada duplo conjugado;

01 (um) simulador de caminhada duplo conjugado;

01 (uma) placa de orientação.

b) Pista de Caminhada de São Gotardo:

01 (um) esqui duplo conjugado;

01 (um) multiexercitador tipo conjugado com, no mínimo, 06 (seis) funções;

01 (um) aparelho de pressão de pernas tipo duplo conjugado;

01 (um) aparelho de remada sentada / simulador de remo;

01 (um) aparelho de rotação diagonal dupla;

01 (um) simulador de cavalgada duplo conjugado;



01 (um) simulador de caminhada duplo conjugado;

01 (uma) placa de orientação.

01 (um) playground

c) Vila Funchal:

01 (um) simulador de caminhada duplo conjugado;

01 (um) aparelho de remada sentada / simulador de remo;

01 (um) aparelho de rotação diagonal dupla;

01 (uma) placa de orientação.

d) Avenida 30 de setembro:

01 (um) aparelho de remada sentada / simulador de remo;

01 (um) aparelho de pressão de pernas tipo duplo conjugado;

01 (uma) placa de orientação.

6.6. A Secretaria Municipal de Esporte não aceitará equipamentos com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste anexo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à CONTRATADA efetuar as substituições necessárias em até 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação a ser feita pela Secretaria Municipal de Esporte, sob pena de aplicação das sanções previstas

em Lei Específica, inclusive rescisão da contratação.

6.7. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a entrega foi executada em desacordo com o especificado, com a proposta, com defeito ou incompleto, após a notificação por escrito à empresa vencedora, serão interrompidos os prazos de recebimento até que seja sanada a situação.

6.8. Não serão aceitos equipamentos que não apresentem as características estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como aqueles diferentes da marca ofertada na proposta da empresa vencedora.

6.9. Os equipamentos deverão ser de boa qualidade sendo os mesmos inspecionados no momento de sua entrega.



7 - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1. Os equipamentos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **10 (dez) dias corridos** do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

7.2. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.2.1. A medição dos serviços e do fornecimento dos equipamentos será realizada pelo Fiscal Técnico do Contrato, mediante verificação da efetiva entrega, instalação e pleno funcionamento dos equipamentos, observadas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, na proposta vencedora e no instrumento contratual.

7.2.2. A medição ocorrerá de forma parcial ou total, conforme a execução e instalação dos equipamentos nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Esporte, mediante emissão de relatório circunstanciado contendo:

- 1.quantitativo dos equipamentos instalados;
- 2.local da instalação;
- 3.conformidade com as especificações técnicas;
- 4.registro fotográfico, quando necessário;
- 5.aceite provisório dos serviços executados.

7.2.3. Somente serão considerados aptos para fins de medição os equipamentos devidamente instalados, fixados em base de concreto, em perfeitas condições de funcionamento e aceitos pela fiscalização.

7.2.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, mediante:

- a) apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;



- b) comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada;
- c) inexistência de pendências ou irregularidades na execução do objeto.

7.2.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela contratada.

7.2.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, sem ônus para a Administração.

7.2.7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

7.2.8. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada quanto à garantia dos equipamentos, nem afasta a obrigação de correção de eventuais defeitos constatados posteriormente.

8 - DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

8.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

8.1.1. GESTORA DO CONTRATO: ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS , Secretária Municipal de Esporte, telefone (34) 3671-7250.

8.1.2. FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO: LIVIA ADALMARA DE SÁ ARAUJO FIDELIS, Coordenadora administrativa, telefone (34) 3671.7250.

8.1.3. FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO: WILIAN FONSECA RABELO, Coordenador operacional, telefone (34) 3671-7250.

8.2. Compete a Gestora do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

8.3. Compete ao Fiscal Técnico acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, etc. dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, bem como a logística dos serviços e controle dos mesmos, a atualização das normas aplicáveis, atualização das licenças e registros necessários para a prestação dos serviços, além de responder tecnicamente quaisquer dúvidas dos



prestadores quanto ao descritivo/especificações dos serviços e quaisquer outros questionamentos referente ao objeto em todas as fases do processo licitatório, incluindo as respostas técnicas referente aos pedidos de esclarecimento e de impugnação do Edital.

8.4. O Fiscal Técnico do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.5. Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato acima identificado, exercer a parte burocrática da contratação, como o recebimento de documentos inerentes ao objeto, Notas Fiscais, conferência e acompanhamento dos documentos fiscais atualizados do prestador, atesto dos documentos fiscais, informações sobre a mudança de endereço da empresa prestadora, bem como, da mudança de preposto durante a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços, elaboração das solicitações de empenhamento e encaminhamento das mesmas contendo todas as informações necessárias, juntamente com os documentos devidamente atestados e assinados para o pagamento

da despesa, alterações e correções necessárias para o pagamento da Nota Fiscal.

8.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9 - GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS:

9.1. A Contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas de cada equipamento constante deste Termo de Referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, conforme modelo Termo de Garantia anexo a este TR.

9.2. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos.

9.3. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

9.3.1. Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;

9.3.2. Rompimento indevido do lacre de garantia dos equipamentos.



9.4. A movimentação dos equipamentos entre unidades da Contratante efetuado com recursos próprios **NÃO** exclui a garantia.

9.4.1. É de responsabilidade da **CONTRATADA** o ônus da prova da origem das falhas.

9.5. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.070 de 11 de setembro de 1990.

9.6. A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos equipamentos objetos deste Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

9.7. A substituição dos equipamentos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação realizada pela Contratante.

9.8. Termo de garantia dos equipamentos ofertados contra defeitos de fabricação, a partir da entrega do objeto declarando que é assistência técnica ou possui parceiro autorizado do fabricante e que disporá de estrutura técnica adequada (própria ou terceirizada) para prestar o serviço pelo período de 12 (doze) meses, a partir da entrega dos equipamentos;

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL por lote único**.

A adoção do critério de julgamento por lote único mostra-se a solução mais adequada ao atendimento do interesse público, tendo em vista que os itens constantes deste Termo de Referência compõem uma solução integrada destinada à implantação, substituição e modernização de academias ao ar livre e áreas de lazer em diversos pontos do Município.

O objeto não se restringe ao simples fornecimento dos equipamentos, abrangendo também o transporte, a execução das bases de concreto, a montagem, a instalação, os testes de funcionamento e a entrega dos conjuntos plenamente operacionais, exigindo coordenação logística e operacional unificada.

O parcelamento da contratação por itens poderia resultar na participação de múltiplos fornecedores, ocasionando dificuldades de compatibilização entre cronogramas de entrega e instalação, aumento dos custos de fiscalização contratual, conflitos de responsabilidade quanto a eventuais defeitos ou atrasos, além de comprometer a padronização estética, funcional e estrutural dos equipamentos instalados nos diversos locais contemplados.

Além disso, os equipamentos foram concebidos para compor conjuntos de academia ao ar livre, conforme distribuição previamente definida pela Secretaria Municipal de Esporte para cada local de instalação. A execução por um único contratado permite maior eficiência na gestão contratual, uniformidade dos materiais,



padronização visual dos equipamentos, otimização do transporte e da mobilização de equipes técnicas, bem como melhor controle da garantia e da assistência técnica.

Dessa forma, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o não parcelamento do objeto encontra justificativa técnica e econômica, uma vez que a divisão da contratação comprometeria a adequada execução da solução pretendida e poderia acarretar prejuízos à eficiência administrativa, à economicidade e ao resultado final da contratação.

Assim, conclui-se que o julgamento por lote único atende de forma mais satisfatória ao interesse público, assegurando a entrega conjunta, padronizada e integrada de todos os equipamentos e serviços necessários à completa implantação das academias ao ar livre e do playground previstos neste Termo de Referência.

10.2 A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

10.3 A contratação apresenta como requisito temporal a execução do objeto deste instrumento no prazo de 12 (doze) meses, contados da emissão da assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado caso haja interesse público e de acordo com o que preconiza a Lei Geral de Licitações.

10.4 **PROPOSTA** compatível com preços de mercado, devidamente apresentada para abordar a contratação objeto deste instrumento, em papel timbrado, com valores unitários, globais, local, data e assinatura pelo representante legal.

10.5 Apresentação de requisitos de **HABILITAÇÃO**, com fornecimento dos documentos abaixo, quais sejam:

10.5.1 **REGULARIDADE JURÍDICA**

- a) Documentos Pessoais e de Identificação do Representante Legal da Empresa;
- b) Cópia do Registro Comercial no caso de empresa individual ou Estatuto/Contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemblhada da empresa, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- c) Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, quando couber;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.5.2 **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante

apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.5.3 QUALIFICAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

11.6.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.6.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de no **mínimo 02 (dois) atestados** de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatórios da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação do fornecimento, qualidade do material, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento;

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As dotações orçamentárias para custear as despesas decorrentes com as aquisições do objeto desta licitação pela Secretaria de Esporte será realizado da seguinte forma:

12.2 ESPORTE

Manutenção das atividades do Esporte – Equipamentos e material permanente – Ficha 1101 – Fonte 1710

13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



13.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.3 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.4 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.9 Fraudar a licitação

13.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.10.1 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.10.2 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.10.3 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



13.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.

13.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15 Demais critérios e análises, bem como percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

14 DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133,



de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

São Gotardo/MG, 10 de junho de 2026.

Letícia Mikaelly Lacerda Baldoino
Coordenadora de Planejamento e Contratações

Adriene Inês Selenita dos Santos
Secretária Municipal de Esporte



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO - MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELOS SUGERIDOS DOS EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA

ANEXO 01 - ESPALDAR



ANEXO 02 - ESQUI DUPLO CONJUGADO



]

**Imagens meramente ilustrativas*



ANEXO 03 - MULTIEXERCITADOR TIPO CONJUGADO COM MINIMO 06 FUNÇÕES



ANEXO 04 - PRESSÃO DE PERNAS TIPO DUPLO CONJUGADO



ANEXO 05 - REMADA SENTADA/SIMULADOR DE REMO



**Imagens meramente ilustrativas*

ANEXO 06 - ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA - APARELHO DUPLO CONJUGADO



ANEXO 07 - SIMULADOR DE CAMINHADA DUPLO CONJUGADO



ANEXO 08 - SIMULADOR DE CAVALGADA



**Imagens meramente ilustrativas*

ANEXO 09 - PLACA DE ORIENTAÇÃO



CNPJ: 18.602.037/0001-55 – INSC. EST. ISENTO



ANEXO 10 - PLAYGROUND



- 1 TORRE GRANDE COBERTA c/ telhadinho pirâmide
- 2 ESCORREGADORES ONDULADOS
- 3 CARACOL CICLONE GRANDE
- 4 TUBO DE PASSAGEM GRANDE
- 5 ESCALADA RAPEL DE FIBRA

- 6 BALANÇO CADEIRINHA TEEN
- 7 BALANÇO BABY (30K)
- 8 ESCALADA COM 06 DEGRAUS E CORRIMÃO
- 9 ESCALADA DE CORDAS TEIA

- 10 JOGO DA VELHA 06 CUBOS
- 11 LOUSA MÁGICA
- 12 ALFABETO DIVERTIDO (A AO Z)
- 13 CONJUNTO DE NÚMEROS E VOGAIS

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- MATERIAL: aço galvanizado, alumínio ou madeira plástica tratada (HDPE ou madeira tratada anti-cupim)
- ACABAMENTO: pintura eletrostática atóxica, resistente a intempéries e raios UV
- NORMA DE REFERÊNCIA: ABNT NBR 16071 – Segurança de brinquedos para áreas de recreação

PISO DE SEGURANÇA: Borrachado antiderrapante

COBERTURA E SOMBREAMENTO: Proteção UV

CERCAMENTO E PROTEÇÕES: Altura: 1,2 a 1,5 m com portão de acesso seguro

SEGURANÇA E CONFORTO: Para crianças de 2 a 12 anos

ESTRUTURA RESISTENTE: Durável para uso em áreas públicas e condomínios

**Imagens meramente ilustrativas*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO - MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

TERMO DE GARANTIA

(em papel timbrado da Empresa)

DECLARO para os devidos fins, que o prazo de garantia para o produto ofertado no **Pregão Eletrônico nº 019/2026**, é o descrito no quadro abaixo, segundo as seguintes condições:

1. Todos os equipamentos fornecidos são novos e originais, não sendo, portanto, reformados, reaproveitados, ou fabricados por qualquer processo semelhante.
2. Responsabilizamo-nos por qualquer troca, reparo, transporte, taxas, serviços ou quaisquer outros custos decorrentes da substituição de qualquer dos equipamentos ofertados para conserto em oficina própria ou credenciada, ou ainda, por qualquer outro motivo ligado à utilização desta garantia.
3. O prazo de garantia do produto ofertado terá início da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

PRAZO DE GARANTIA DO(S) PRODUTO(S)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO DE GARANTIA
01 ao 10	<p>ESPALDAR: Confeccionado em tubo redondo de aço carbono 2 ½" na chapa 16 e 1 ½" na chapa 14 dobrada, pintura eletrostática, solda tipo mig, base de ferro para fixação e montagem do equipamento, base tipo flange para fixação do equipamento com parafusos de no mínimo 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior com flange de no mínimo 240mmx1/4 com orifício de fixação. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.</p> <p>Dimensões: Altura: 2500 mm. Profundidade: 1000 mm. Largura: 1000 mm.</p> <p>ESQUI DUPLO CONJUGADO: Equipamento com base principal com tubo de no mínimo 4", tubo de aço carbono de no mínimo 2", rolamentos blindados, pintura eletrostática solda mig, pegadas</p>	12 meses



emborrachadas, tratamento químico de superfície por processo de imersão, base com orifícios para fixação no solo (chumbadores Parabout). Equipamento com capacidade para 02 pessoas se exercitarem ao mesmo tempo. com instalação do aparelho na base de concreto. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. Dimensões: Altura-1542 mm Largura - 1310 mm, Comprimento-1250 mm.

MULTIEXERCITADOR TIPO CONJUGADO COM MINIMO

06 FUNÇÕES: conjunto de equipamentos(com no mínimo 6 exercício) ao ar livre, tipologia "MULTI-EXERCITADOR", fortalece, alonga e aumenta a flexibilidade dos membros superiores, inferiores e abdominal, com alta resistência às ações climáticas, isento de estofamento e de baixa manutenção, contendo as seguintes especificações mínimas: 155cm de altura por 125 cm de largura, estrutura principal em tubo redondo de no mínimo 2" de diâmetro na chapa de no mínimo 2mm e estrutura secundária em tubo redondo no mínimo 1 1/4" 1" com chapa 2mm, dobrados com perda mínima de perfil: tubos cortados a laser: base em ferro para montagem do equipamento, orifícios para fixação: pintura eletrostática a pó, apropriada para uso externo, solda tipo "mig", rolamentos blindados sistema de carga utilizando peso corporal, pegadas emborrachadas. com instalação do aparelho na base de concreto. EXERCÍCIOS: Flexor de Pernas; Extensor de Pernas; Supino reto Sentado; Supino inclinado Sentado; Rotação Vertical Individual;



Puxada Alta. Aparelho para utilização de duas pessoas simultaneamente. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. DIMENSÕES Altura: 2006 mm Frente: 1105 mm Lateral: 2000 mm Área: 12,42 m² Peso: 124 kg

PRESSÃO PERNAS TIPO DUPLO

CONJUGADO: Aparelho Pressão de Pernas duplo fabricado em tubos de aço carbono; pintura a pó eletrostática e cortes a laser; com no mínimo 2 polegadas x 2 mm; 3 1/2 polegadas x 4 mm; 2 polegadas x 4 mm; 4 polegadas x 3 mm; Bancos com chapa de no mínimo 2 mm sem quinas; com rolamentos duplos; Batentes de borracha; Solda MIG; base tipo flange para fixação do equipamento com parafusos de no mínimo 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior com flange de no mínimo 240mmx1/4 com orifício de fixação. Contendo especificações musculares; resistentes as ações climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. DIMENSÕES: ALTURA 1500 MM LARGURA- 720MM COMPRIMENTO- 2820MM PESO:48KG

REMADA SENTADA/SIMULADOR DE REMO:

Aparelho fabricado em tubos de aço carbono; pintura a pó eletrostática e cortes a laser; com no mínimo 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; 1 polegada x 1,50 mm. metalão de no mínimo 30 x 50 x 2 mm; chapa antiderrapante de no mínimo 3 mm; pinos maciços



com rolamentos duplos; batentes de borracha; solda MIG; Orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); Tampão de metal arredondado. Bancos arredondados sem quina, oferecendo segurança aos usuários; Especificações musculares no aparelho. Resistentes às ações climáticas. Altura: 830 mm Frente: 755 mm Lateral: 944 mm Área: 8,11 m² Peso: 24,5 kg COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.

**ROTAÇÃO DIAGONAL
DUPLA - APARELHO
DUPLO CONJUGADO:**

Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3' ½ x 2 mm; 2' x 2 mm; 1' x 1,50 mm; ¾ x 1,20 mm. Tubo trefilado redondo DIN (55 mm x 44 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3 mm para reforço de estrutura. Utilizar pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster term endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, chumbador com flange de no mínimo 230 mm x 3/16', corte a laser com parafusos de fixação zincados de no mínimo 5/8' x 1 ¼' e arruela zincada de no mínimo 5/8', hastes de ferro maciço trefilado de no mínimo 3/8', parafusos zincados, arruelas e porcas fixadoras. Tampão embutido externo em metal de 2' ¼ e tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 3' ½', ambos com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado.



Adesivo refletivo destrutivo com qualidade similar ou superior 3M de alta fixação com identificação dos grupos musculares, instruções de utilização e dados da fabricante. Permite a prática de 02 (dois) usuários simultaneamente.

DIMENÇÕES: ALTURA: 1200MM LARGURA: 1050MM COMPRIMENTO: 1300MM PESO: 38KG COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.

SIMULADOR DE CAMINHADA DUPLO

CONJUGADO: Fabricado com tubos de aço carbono; pintura a pó eletrostática e cortes a laser; aparelho fabrica com tubos de carbono de no mínimo, 2 1/2 polegadas x 2 mm; 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm. Chapa antiderrapante de no mínimo 3 mm; pinos maciços com rolamentos duplos; batentes de borracha; solda MIG; orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); especificações musculares em cada aparelho; Resistente as ações climáticas. Permite a prática de 02 (dois) usuários simultaneamente Altura: 1160 mm Frente: 1540 mm Lateral: 840 mm Área: 10,05 m² Peso: 62 kg COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.

SIMULADOR DE CAVALGADA DUPLO

CONJUGADO: Aparelho fabricado em tubos de aço carbono, pintura a pó eletrostática e cortes a laser; com no mínimo 2 1/2 polegadas x 2 mm; 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; 1 polegada x 1,50 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; ferro



chato de no mínimo 2 1/2 polegadas x 1/4. pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; Batentes de borracha; solda MIG; orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); tampão de metal arredondado. Bancos arredondados sem quina oferecendo total segurança aos usuários. Resistentes às ações climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. Dimensões: Altura: 1,19m Largura: 0,55m, Profundidade: 1,97m. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.

Placa de orientação e advertência, confeccionada em aço carbono, tipo fixa, com dupla face, dimensões aproximadas de 1000 mm x 2000 mm x 1,5 mm (chapa), destinada à instalação em espaços públicos de prática esportiva, conforme padrões técnicos de durabilidade e resistência às intempéries. A definição do conteúdo informativo, layout e local de instalação será realizada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte, observando critérios de interesse público, padronização visual e finalidade educativa dos usuários.

PLAYGROUND: Play ground Completo com os seguintes equipamentos:

- 1- Torre grande coberta c/ telhadinho piramide
- 2-Escorregadores ondulados
- 3- Caracol ciclone grande
- 4- Tubo de passagem grande
- 5- Escalada rapel de fibra
- 6- Balanço cadeirinha teen
- 7- Balanço baby (30k)
- 8- Escalada com 06 degraus e corrimão



- 9- Escalada de cordas teia
- 10- Jogo da Velha 06 cubos
- 11- Lousa mágica
- 12- Alfabeto divertido (A ao Z)
- 13- Conjunto de números e vogais

Material: aço galvanizado, alumínio ou madeira plástica tratada

(HDPE ou madeira tratada anti-cupim)

Acabamento: pintura eletrostática atóxica, resistente a intempéries e raios UV.

Componentes: torres, plataformas, passarelas, escadas, rampas e corrimãos

Norma de referência: ABNT NBR 16071 – Segurança de brinquedos para áreas de recreação

2. Escorregadores

Material: polietileno rotomoldado de alta densidade ou fibra de vidro reforçada

Acabamento: superfícies lisas, arredondadas, sem quinas cortantes

Dimensões: altura e largura compatíveis com a faixa etária de 2 a 12 anos

Fixação: ancoragem segura em plataformas ou estruturas principais

3. Balanços

Material: estrutura em aço galvanizado, assentos em borracha ou polietileno resistente

Inclinação: correntes ou cabos revestidos, resistentes à tração

Segurança: balanços inclusivos para cadeirantes, conforme ABNT

NBR 16071

4. Gangorras e Brinquedos de Mola

Material: aço galvanizado com molas de alta resistência ou madeira

tratada com suportes metálicos



Assentos: plásticos de alta densidade ou borracha antiderrapante

Fixação: ancoragem em piso nivelado, antiderrapante

5. Trepas-Trepas e Escaladores

Material: cordas de polipropileno trançadas com alma de aço, barras de aço galvanizado ou madeira tratada

Segurança: pontos de fixação reforçados, espaçamento seguro entre cordas e barras

Acabamento: sem quinas cortantes, resistente ao clima

6. Casinhas, Túnel e Painéis Lúdicos

Material: polietileno de alta densidade, madeira plástica tratada ou fibra de vidro

Acabamento: superfícies lisas, resistentes a impactos, sem tóxicos

Painéis: educativos, sensoriais e interativos, com cores vibrantes e elementos de coordenação motora

7. Piso de Segurança

Material: piso emborrachado modular (EPDM) ou placas de borracha reciclada

Espessura: 30–50 mm dependendo da altura dos brinquedos

Função: absorção de impacto, antiderrapante, resistente a intempéries

8. Cobertura e Sombreamento

Material: lona ou policarbonato resistente a raios UV, com estrutura metálica galvanizada

Função: proteger crianças do sol e chuva, garantindo conforto e segurança

9. Cercamento e Proteções

Material: gradil metálico ou cercas de polietileno reforçado
Altura: 1,2 a 1,5 m, com portão de acesso seguro



Função: controle de entrada e
segurança do espaço

RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

***Observação: Este Termo de Garantia deverá ser apresentado APENAS pela licitante vencedora no ATO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.**



ANEXO II

Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - Processo nº 152/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que:

- 1) cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no edital do Pregão Eletrônico n. _____/_____;
- 2) a proposta foi elaborada em conformidade com as todas as exigências do edital do referido certame.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO III

Modelo de declaração sobre o trabalho de pessoas menores
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026 - Processo nº 152/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

_____(Local)_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO IV

Modelo de declaração sobre inexistência de trabalho degradante ou forçado **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° /2026 - Processo n° 152/2026**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. n° _____ e CPF n° _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO V

Modelo de declaração sobre reserva de cargos para pessoa com deficiência **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° /2026 - Processo n° 152/2026**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. n° _____ e CPF n° _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VI

Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026 - Processo nº 152/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre plenamente as exigências do edital do processo licitatório em epígrafe e que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VII

Modelo de declaração para licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026 - Processo nº 152/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para todos os fins de direito, estar enquadrado como () microempresa, () empresa de pequeno porte ou () sociedade cooperativa, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Declara ainda para fins do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que neste ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

_____(Local)_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VIII

Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026 - Processo nº 152/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____ DECLARA que:

(a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e



(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E E A EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO - MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o Nº. 18.602.037/0001-55, com sede nesta cidade, provisoriamente na Rua Professora Maria Coeli Franco, número 13, Bairro Centro, representado legalmente por seu Prefeito Municipal, Makoto Edison Sekita, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade MG-21340791 PC/MG, inscrito no CPF sob o nº 328.821.579-91, residente e domiciliado à Rua Tabelião João Lopes nº 201, apartamento 1601, Bairro Campestre doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, na cidade de _____./Estado, neste ato representada por (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no procedimento do **Processo Administrativo Licitatório nº152/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos municipais nº 62, 28 de março de 2023, e nº 63, 28 de março de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 019/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1.O objeto do presente instrumento é a **“AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NAS ACADEMIAS AO AR LIVRE DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, ABRANGENDO TANTO A ZONA URBANA QUANTO OS DISTRITOS”**.



1.2. Descrição e quantidade:

Item	Descrição	Un.	Qntd.	Unitário	Total
1	ESPALDAR: Confeccionado em tubo redondo de aço carbono 2 1/2" na chapa 16 e 1 1/2" na chapa 14 dobrada, pintura eletrostática, solda tipo mig, base de ferro para fixação e montagem do equipamento, base tipo flange para fixação do equipamento com parafusos de no mínimo 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior com flange de no mínimo 240mmx1/4 com orifício de fixação. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. Dimensões: Altura: 2500 mm. Profundidade: 1000 mm. Largura: 1000 mm.	Un	3	R\$	R\$
2	ESQUI DUPLO CONJUGADO: Equipamento com base principal com tubo de no mínimo 4", tubo de aço carbono de no mínimo 2", rolamentos blindados, pintura eletrostática solda mig, pegadas emborrachadas, tratamento químico de superfície por processo de imersão, base com orifícios para fixação no solo (chumbadores Parabout). Equipamento com capacidade para 02 pessoas se exercitarem ao mesmo tempo. com instalação do aparelho na base de concreto. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. Dimensões: Altura-1542 mm Largura - 1310 mm, Comprimento-1250 mm.	Un	4	R\$	R\$
3	MULTIEXERCITADOR TIPO CONJUGADO COM MINIMO 06 FUNÇÕES: conjunto de equipamentos(com no mínimo 6 exercício) ao ar livre, tipologia "MULTI-EXERCITADOR", fortalece, alonga e aumenta a flexibilidade dos membros superiores, inferiores e abdominal, com alta resistência às ações climáticas, isento de estofamento e de baixa manutenção, contendo as seguintes especificações mínimas: 155cm de altura por 125 cm de largura, estrutura principal em tubo redondo de no mínimo 2" de diâmetro na chapa de no mínimo 2mm e estrutura secundária em tubo redondo no mínimo 1 1/4" 1" com chapa 2mm, dobrados com perda mínima de perfil: tubos cortados a laser: base em ferro para montagem do equipamento, orifícios para fixação: pintura eletrostática a pó, apropriada para uso externo, solda tipo "mig", rolamentos blindados sistema de carga utilizando peso corporal, pegadas emborrachadas. com instalação do aparelho na base de concreto. EXERCÍCIOS: Flexor de Pernas; Extensor de Pernas; Supino reto Sentado;	Un	4	R\$	R\$



	Supino inclinado Sentado; Rotação Vertical Individual; Puxada Alta. Aparelho para utilização de duas pessoas simultaneamente. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. DIMENÇÕES: Altura: 2006 mm Frente: 1105 mm Lateral: 2000 mm Área: 12,42 m² Peso: 124 kg				
4	PRESSÃO PERNAS TIPO DUPLO CONJUGADO: Aparelho Pressão de Pernas duplo fabricado em tubos de aço carbono; pintura a pó eletrostática e cortes a laser; com no mínimo 2 polegadas x 2 mm; 3 1/2 polegadas x 4 mm; 2 polegadas x 4 mm; 4 polegadas x 3 mm; Bancos com chapa de no mínimo 2 mm sem quinas; com rolamentos duplos; Batentes de borracha; Solda MIG; base tipo flange para fixação do equipamento com parafusos de no mínimo 3/4x1" zincado com porca parlock, base superior com flange de no mínimo 240mmx1/4 com orifício de fixação. Contendo especificações musculares; resistentes às ações climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul. DIMENÇÕES: ALTURA 1500 MM LARGURA- 720MM COMPRIMENTO- 2820MM PESO:48KG	Un	5	R\$	R\$
5	REMADA SENTADA/SIMULADOR DE REMO: Aparelho fabricado em tubos de aço carbono; pintura a pó eletrostática e cortes a laser; com no mínimo 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; 1 polegada x 1,50 mm. metalão de no mínimo 30 x 50 x 2 mm; chapa antiderrapante de no mínimo 3 mm; pinos maciços com rolamentos duplos; batentes de borracha; solda MIG; Orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); Tampão de metal arredondado. Bancos arredondados sem quina, oferecendo segurança aos usuários; Especificações musculares no aparelho. Resistentes às ações climáticas. Altura: 830 mm Frente: 755 mm Lateral: 944 mm Área: 8,11 m² Peso: 24,5 kg COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.	Un	6	R\$	R\$
6	ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA – APARELHO DUPLO CONJUGADO: Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3' ½ x 2 mm; 2' x 2 mm; 1' x 1,50 mm; ¾ x 1,20 mm. Tubo trefilado redondo DIN (55 mm x 44 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3 mm para reforço de estrutura. Utilizar pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos),	Un	5	R\$	R\$



	tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo-endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, chumbador com flange de no mínimo 230 mm x 3/16", corte a laser com parafusos de fixação zincados de no mínimo 5/8" x 1 1/4" e arruela zincada de no mínimo 5/8", hastes de ferro maciço trefilado de no mínimo 3/8", parafusos zincados, arruelas e porcas fixadoras. Tampão embutido externo em metal de 2" 1/4 e tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 3" 1/2, ambos com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado. Adesivo refletivo destrutivo com qualidade similar ou superior 3M de alta fixação com identificação dos grupos musculares, instruções de utilização e dados da fabricante. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. DIMENÇÕES: ALTURA: 1200MM LARGURA: 1050MM COMPRIMENTO: 1300MM PESO: 38KG COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.				
7	SIMULADOR DE CAMINHADA DUPLO CONJUGADO: Fabricado com tubos de aço carbono; pintura a pó eletrostática e cortes a laser; aparelho fabrica com tubos de carbono de no mínimo, 2 1/2 polegadas x 2 mm; 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm. Chapa antiderrapante de no mínimo 3 mm; pinos maciços com rolamentos duplos; batentes de borracha; solda MIG; orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); especificações musculares em cada aparelho; Resistente as ações climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente Altura: 1160 mm Frente: 1540 mm Lateral: 840 mm Área: 10,05 m² Peso: 62 kg COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.	Un	5	R\$	R\$
8	SIMULADOR DE CAVALGADA DUPLO CONJUGADO: Aparelho fabricado em tubos de aço carbono, pintura a pó eletrostática e cortes a laser; com no mínimo 2 1/2 polegadas x 2 mm; 2 polegadas x 2 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; 1 polegada x 1,50 mm; 1 1/2 polegada x 1,50 mm; ferro chato de no mínimo 2 1/2 polegadas x 1/4. pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; Batentes de borracha; solda MIG; orifícios para fixação do equipamento (chumbadores Parabout); tampão de metal arredondado. Bancos arredondados sem quina oferecendo total segurança aos usuários. Resistentes às ações	Un	4	R\$	R\$



	climáticas. Permite a pratica de 02 (dois) usuários simultaneamente. Dimensões: Altura: 1,19m Largura: 0,55m, Profundidade: 1,97m. COM INSTALAÇÃO DO APARELHO NA BASE DE CONCRETO. Cor: vermelho c/ azul.				
9	Placa de orientação e advertência, confeccionada em aço carbono, tipo fixa, com dupla face, dimensões aproximadas de 1000 mm x 2000 mm x 1,5 mm (chapa), destinada à instalação em espaços públicos de prática esportiva, conforme padrões técnicos de durabilidade e resistência às intempéries. A definição do conteúdo informativo, layout e local de instalação será realizada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte, observando critérios de interesse público, padronização visual e finalidade educativa dos usuários.	Un	6	R\$	R\$
10	PLAYGROUND: Play groud Completo com os seguintes equipamentos: 1- Torre grande coberta c/ telhadinho piramide 2-Escorregadores ondulados 3- Caracol ciclone grande 4- Tubo de passagem grande 5- Escalada rapel de fibra 6- Balanço cadeirinha teen 7- Balanço baby (30k) 8- Escalada com 06 degraus e corrimão 9- Escalada de cordas teia 10- Jogo da Velha 06 cubos 11- Lousa mágica 12- Alfabeto divertido (A ao Z) 13- Conjunto de números e vogais Material: aço galvanizado, alumínio ou madeira plástica tratada (HDPE ou madeira tratada anti-cupim) Acabamento: pintura eletrostática atóxica, resistente a intempéries e raios UV. Componentes: torres, plataformas, passarelas, escadas, rampas e corrimãos Norma de referência: ABNT NBR 16071 – Segurança de brinquedos para áreas de recreação 2. Escorregadores Material: polietileno rotomoldado de alta densidade ou fibra de vidro reforçada Acabamento: superfícies lisas, arredondadas, sem quinas cortantes	Un	1	R\$	R\$



<p>Dimensões: altura e largura compatíveis com a faixa etária de 2 a 12 anos</p> <p>Fixação: ancoragem segura em plataformas ou estruturas principais</p> <p>3. Balanços</p> <p>Material: estrutura em aço galvanizado, assentos em borracha ou polietileno resistente</p> <p>Inclinação: correntes ou cabos revestidos, resistentes à tração</p> <p>Segurança: balanços inclusivos para cadeirantes, conforme ABNT NBR 16071</p> <p>4. Gangorras e Brinquedos de Mola</p> <p>Material: aço galvanizado com molas de alta resistência ou madeira tratada com suportes metálicos</p> <p>Assentos: plásticos de alta densidade ou borracha antiderrapante</p> <p>Fixação: ancoragem em piso nivelado, antiderrapante</p> <p>5. Trepas-Trepas e Escaladores</p> <p>Material: cordas de polipropileno trançadas com alma de aço, barras de aço galvanizado ou madeira tratada</p> <p>Segurança: pontos de fixação reforçados, espaçamento seguro entre cordas e barras</p> <p>Acabamento: sem quinas cortantes, resistente ao clima</p> <p>6. Casinhas, Túnel e Painéis Lúdicos</p> <p>Material: polietileno de alta densidade, madeira plástica tratada ou fibra de vidro</p> <p>Acabamento: superfícies lisas, resistentes a impactos, sem tóxicos</p> <p>Painéis: educativos, sensoriais e interativos, com cores vibrantes e elementos de coordenação motora</p> <p>7. Piso de Segurança</p> <p>Material: piso emborrachado modular (EPDM) ou placas de borracha reciclada</p> <p>Espessura: 30–50 mm dependendo da altura dos brinquedos</p>				
---	--	--	--	--



Função: absorção de impacto, antiderrapante, resistente a intempéries				
8. Cobertura e Sombreamento				
Material: lona ou policarbonato resistente a raios UV, com estrutura metálica galvanizada				
Função: proteger crianças do sol e chuva, garantindo conforto e segurança				
9. Cercamento e Proteções				
Material: gradil metálico ou cercas de polietileno reforçado				
Altura: 1,2 a 1,5 m, com portão de acesso seguro				
Função: controle de entrada e segurança do espaço				

1.2.1. O valor global do contrato será de R\$ _____ (_____).

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da Contratada;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado, conforme os ditames estabelecidos na Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1.1 A contratação deverá abranger, no mínimo:

- fornecimento dos aparelhos de academia ao ar livre;
- transporte até o local de instalação;
- montagem e instalação completa dos equipamentos;
- fixação em base de concreto, conforme especificações técnicas do fabricante;



- entrega em perfeitas condições de uso;
- garantia contra defeitos de fabricação;
- manual de uso e orientações básicas de manutenção.

3.1.2 Os equipamentos deverão apresentar acabamento em estrita conformidade com as especificações constantes no termo de referência, sendo compostos por elementos estruturais que garantam estabilidade, segurança operacional e ergonomia adequada aos usuários, em observância às normas técnicas aplicáveis.

3.1.3. A entrega e instalação dos equipamentos serão efetuadas de forma parcial, com prazo de entrega e instalação não superior a 10 (dez) dias úteis, podendo haver a instalação de mais de uma academia concomitante.

3.1.4. Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São Gotardo/ Minas Gerais , qualquer informação deverá ocorrer no endereço: Travessa Antonio Teixeira do Carmo nº100 – Centro (poliesportivo) , CEP: 38.800-000, no horário das 8h às 12h e 13h às 17h, telefone: (34) 3671-7250.

3.1.5. A CONTRATADA deverá promover a instalação e a substituição dos equipamentos pertencentes a 05 (cinco) academias ao ar livre, observando a plena operacionalização dos serviços nos seguintes locais: no Distrito de Três Capões, situado a aproximadamente 23 km do Município de São Gotardo; no Distrito de Vila Funchal, a cerca de 27 km da sede municipal; no Distrito de Guarda dos Ferreiros, a aproximadamente 11,7 km; bem como no perímetro urbano do Município de São Gotardo, contemplando o Bairro Geraldo Marques, a pista de caminhada municipal e a Avenida 30 de setembro.

3.1.6 As academias ao ar livre a serem fornecidas e instaladas, deverão ser compostas pelos seguintes equipamentos, conforme cada local de implantação:

- a) Geraldo Marques / Três Capões e Pista de Caminhada da Guarda dos Ferreiros 01 aparelho em cada lugar;
- 01 (um) espaldar;
- 01 (um) esqui duplo conjugado;
- 01 (um) multiexercitador tipo conjugado com, no mínimo, 06 (seis) funções;
- 01 (um) aparelho de pressão de pernas tipo duplo conjugado;



- 01 (um) aparelho de remada sentada / simulador de remo;
- 01 (um) aparelho de rotação diagonal dupla;
- 01 (um) simulador de cavalgada duplo conjugado;
- 01 (um) simulador de caminhada duplo conjugado;
- 01 (uma) placa de orientação.

b) Pista de Caminhada de São Gotardo:

- 01 (um) esqui duplo conjugado;
- 01 (um) multiexercitador tipo conjugado com, no mínimo, 06 (seis) funções;
- 01 (um) aparelho de pressão de pernas tipo duplo conjugado;
- 01 (um) aparelho de remada sentada / simulador de remo;
- 01 (um) aparelho de rotação diagonal dupla;
- 01 (um) simulador de cavalgada duplo conjugado;
- 01 (um) simulador de caminhada duplo conjugado;
- 01 (uma) placa de orientação.
- 01 (um) playground

c) Vila Funchal:

- 01 (um) simulador de caminhada duplo conjugado;
- 01 (um) aparelho de remada sentada / simulador de remo;
- 01 (um) aparelho de rotação diagonal dupla;
- 01 (uma) placa de orientação.

d) Avenida 30 de setembro:

- 01 (um) aparelho de remada sentada / simulador de remo;
- 01 (um) aparelho de pressão de pernas tipo duplo conjugado;
- 01 (uma) placa de orientação.

3.1.7. A Secretaria Municipal de Esporte não aceitará equipamentos com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste anexo ou em desconformidade com



as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à CONTRATADA efetuar as substituições necessárias em até 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação a ser feita pela Secretaria Municipal de Esporte, sob pena de aplicação das sanções previstas em Lei Específica, inclusive rescisão da contratação.

3.1.8. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a entrega foi executada em desacordo com o especificado, com a proposta, com defeito ou incompleto, após a notificação por escrito à empresa vencedora, serão interrompidos os prazos de recebimento até que seja sanada a situação.

3.1.9. Não serão aceitos equipamentos que não apresentem as características estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como aqueles diferentes da marca ofertada na proposta da empresa vencedora.

3.1.10. Os equipamentos deverão ser de boa qualidade sendo os mesmos inspecionados no momento de sua entrega.

3.1.11. A Contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas de cada equipamento constante deste Termo de Referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, conforme modelo Termo de Garantia anexo a este TR.

3.1.12. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos.

3.1.13. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

- Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;
- Rompimento indevido do lacre de garantia dos equipamentos.

3.1.14. A movimentação dos equipamentos entre unidades da Contratante efetuado com recursos próprios NÃO exclui a garantia.

3.1.15. É de responsabilidade da CONTRATADA o ônus da prova da origem das falhas.

3.1.16. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.070 de 11 de setembro de 1990.

3.1.17. A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos equipamentos objetos deste Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

3.1.18. A substituição dos equipamentos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação realizada pela Contratante.

3.1.19. Termo de garantia dos equipamentos ofertados contra defeitos de fabricação, a partir da entrega do objeto declarando que é assistência técnica ou possui parceiro autorizado do fabricante e que disporá de estrutura técnica adequada (própria ou terceirizada) para prestar o serviço pelo período de 12 (doze) meses, a partir da entrega dos equipamentos;



3.2. LIQUIDAÇÃO

3.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de vinte dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

3.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

3.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.6. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

3.2.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo,



apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

3.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

3.3. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

3.1. Do Recebimento

3.1.1. Os equipamentos serão recebidos:

- Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **10 (dez) dias corridos** do recebimento provisório.

3.1.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.1.3. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

3.1.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

3.1.8. Prazo de pagamento e forma de pagamento

3.1.9. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, mediante:

- a) apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;
- b) comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada;
- c) inexistência de pendências ou irregularidades na execução do objeto.



- 3.1.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela contratada.
- 3.1.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, sem ônus para a Administração.
- 3.1.12. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária
- 3.1.13. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada quanto à garantia dos equipamentos, nem afasta a obrigação de correção de eventuais defeitos constatados posteriormente.
- 3.1.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.0. CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.SUSTENTABILIDADE:** Na execução do fornecimento deverão ser observados os princípios da sustentabilidade ambiental, especialmente quanto ao uso racional de recursos, à redução de desperdícios e à adequada destinação de embalagens e resíduos decorrentes do fornecimento dos materiais, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber à natureza do objeto.
- 4.2.SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo autorização expressa da Administração, nos termos da legislação vigente.
- 4.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:** Não será exigida garantia contratual, tendo em vista a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e o baixo risco de inadimplemento, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4.ALTERAÇÃO SUBJETIVA:** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada



com/em outra pessoa jurídica, desde que a nova entidade comprove o atendimento integral a todos os requisitos de habilitação originalmente exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratuais, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração, conforme a legislação vigente.

5. CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias úteis, contados da finalização da liquidação de cada despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

5.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6. CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

6.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

6.2. GESTORA DO CONTRATO: ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS , Secretária Municipal de Esporte, telefone (34) 3671-7250.

6.3. FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO: LETICIA MIKAELLY LACERDA BALDOINO, Coordenadora de Planejamento e Contratações, telefone (34) 3671.7250.

6.4. FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO: WILIAN FONSECA RABELO, Coordenador operacional, telefone (34) 3671-7250.

6.5. Compete a Gestora do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.



- 6.6.** Compete ao Fiscal Técnico acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, etc. dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, bem como a logística dos serviços e controle dos mesmos, a atualização das normas aplicáveis, atualização das licenças e registros necessários para a prestação dos serviços, além de responder tecnicamente quaisquer dúvidas dos
- 6.7.** . O Fiscal Técnico do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato acima identificado, exercer a parte burocrática da contratação, como o recebimento de documentos inerentes ao objeto, Notas Fiscais, conferência e acompanhamento dos documentos fiscais atualizados do prestador, atesto dos documentos fiscais, informações sobre a mudança de endereço da empresa prestadora, bem como, da mudança de preposto durante a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços, elaboração das solicitações de empenhamento e encaminhamento das mesmas contendo todas as informações necessárias, juntamente com os documentos devidamente atestados e assinados para o pagamento da despesa, alterações e correções necessárias para o pagamento da Nota Fiscal.



A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.1. Efetuar a entrega e instalação dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Secretaria, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.2. A empresa contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos juntamente com a construção da base para instalação conforme demanda da Secretaria Municipal de Esporte.

7.1.3 Os equipamentos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do equipamento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.5 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis o equipamento com avarias ou defeitos;

7.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria, inerentes ao objeto da licitação;



7.1.7. Comunicar à Secretaria, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**7.1.9** Emitir e apresentar a documentação fiscal pertinente, incluindo notas fiscais e demais comprovantes exigidos para fins de recebimento e pagamento.

7.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2.1 Receber provisoriamente os equipamentos, disponibilizando local, data e horário;

7.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

7.2.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido

7.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.2.5 Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e

regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

8.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

8.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

8.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5.1 A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

8.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

8.6.1. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.6.1.1. A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

8.7. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.



8.7.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

8.7.2. A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

8.8. A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

8.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

8.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.4. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.5 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.6 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



10.1.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.8 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.9 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.10 Fraudar a licitação

10.1.11 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial

quando:

10.1.11.1 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.11.2 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.11.3 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública



10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8,, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15 Demais critérios e análises, bem como percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.111/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.



11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 A dotação orçamentária para custear as despesas decorrentes desta contratação será da seguinte forma:

12.2 ESPORTE

Manutenção das atividades do Esporte – Equipamentos e material permanente – Ficha 1101 – Fonte 1710

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



- a) Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- b) Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- c) Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- d) Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

São Gotardo/MG, de de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal de São Gotardo – MG
Contratante

ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Esportes

Nome do representante legal da Contratada
Razão social da Contratada